



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# A democracia realística de Giovanni Sartori

Norberto Bobbio

**Como citar:** BOBBIO, N. A democracia realística de Giovanni Sartori. *In:* SALATINI, R.; BARREIRA, C. M. **Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 15-28.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-026-9.p15-28>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# A DEMOCRACIA REALÍSTICA DE GIOVANNI SARTORI<sup>1</sup>

*Norberto Bobbio*

Giovanni Sartori é amigo das citações de trechos clássicos colocadas como epígrafe no início de todo capítulo. A coletânea destas epígrafes constituiria já por si mesma um bom guia para entrar no seu mundo de ideias. Espero que não lhe desagrade se, para representar do modo mais conciso a obra concluída por ele nos últimos trinta anos, para construir e, pouco a pouco, terminar uma teoria da democracia cada vez mais rica de dados e argumentos, resultante nos dois volumes recém-publicados, *The theory of democracy revisited* [A teoria da democracia revisitada], valha-me, eu também, de uma epígrafe muito célebre, o lucreciano “Crescit eundo” [Cresce como segue].

---

<sup>1</sup> Texto revisto e corrigido da introdução ao encontro, organizado pelo Centro de Ciência Política da Fundação Feltrinelli, em Milão, em 17 de novembro de 1987, sobre a obra de Giovanni Sartori, *The theory of democracy revisited* [A teoria da democracia revisitada], Chatham House, New York de 1987. Publicado originalmente na revista *Teoria política* [Teoria Política], IV, n. 1, 1988, pp. 149-158. Agradecemos ao Instituto Norberto Bobbio pela gentileza da cessão dos direitos de tradução e publicação deste texto. Tradução de Erica Salatini. Revisão técnica de Rafael Salatini.

Em 1957, aparece o texto fundador, *Democrazia e definizioni* [Democracia e definições], que, esgotado em seis meses, foi reeditado no ano seguinte com um longo prefácio, que continha uma resposta aos críticos. Em 1962, apareceu a tradução em inglês, feita pelo próprio autor, com um novo título: *Democratic theory* [Teoria democrática]. O título modificado demonstrava que a nova edição não era apenas uma reprodução da edição italiana, mas continha alguma integração e alguma oportuna adaptação para o público americano, além de dois capítulos novos de caráter essencialmente metodológico. Sartori tinha dedicado grande parte dos seus estudos, até o volume sobre a democracia, a problemas metodológicos, especialmente à distinção entre filosofia e ciência política, particularmente oportuna nos anos em que a ciência política era introduzida na Itália como disciplina universitária. Em 1969, apareceu a terceira edição italiana que voltava às duas primeiras, mesmo que com alguma hesitação, mas acrescentava em apêndice dois ensaios escritos para a *International Encyclopedia of the Social Sciences* [Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais], sobre *Democrazia* [Democracia] e *Sistemi rappresentativi* [Sistemas representativos].

Já tive ocasião de me deter sobre a importância que teve este livro na época, quando escrevi, tempos atrás, que com esta obra o debate político italiano sobre a natureza da democracia tinha passado das mãos dos ideólogos às dos estudiosos, que analisam os mecanismos da democracia e colocam em evidência virtudes e defeitos: “obra – comentei – de sólida cultura universitária, mesmo que não fizesse mistério sobre a própria orientação ideológica na direção da democracia liberal”<sup>2</sup>. A importância da obra residia também no fato que uma corrente de estudos sobre a democracia, na Itália, a diferença de outros países, onde a democracia tinha raízes mais profundas, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, não houve nunca, e bem poucos eram os precedentes dos quais vale a pena perpetuar a lembrança. Se existiram precedentes, estes foram devido a juristas. O estudo do Estado e das suas instituições geralmente tinha sido de competência dos estudiosos de direito público, em vez dos cientistas políticos, mesmo porque, antes do advento da escola técnica do direito público, a

<sup>2</sup> *Profilo ideologico del Novecento* [Perfil ideológico do século XX], in: *Storia della letteratura italiana. Il Novecento* [História da literatura italiana. O século XX]. Milão: Garzanti, 1987, I, p. 168.

ciência política fazia parte, didaticamente, do direito constitucional. Em 1946, a Utet tinha publicado rapidamente o manual de Emilio Crosa, *Lo stato democratico* [O Estado democrático], destinado a substituir precipitadamente o manual de direito constitucional do mesmo autor, que era um comentário, “va sans dire” [é inegável], apologético, do regime fascista. (Mas o jurista, se queria ser um cientista, não deveria ser “wertfrei” [livre de valor]?). Um confronto entre o manual de um jurista e o livro de Sartori, que retomava uma não antiquada tradição de ciência política logo interrompida (que remontava aos *Elementi* [Elementos] de Mosca), seria instrutivo. Perceber-se-ia que as matérias tratadas são um tanto diversas: quanto maiores as formas e as estruturas, no livro do jurista, em que a parte central é dedicada às “garantias constitucionais”, próprias do Estado democrático, ou, para ser mais exatos, do Estado de direito, maiores os conteúdos e os valores, a liberdade e a igualdade, liberalismo e dirigismo, democracia e autocracia, no segundo. No livro de Sartori, os nomes de juristas se contam nos dedos de uma mão. No capítulo *Libertà e legge* [Liberdade e lei], o autor mais citado é Rousseau. (Não acontece de forma diversa nas relações entre direito internacional e relações internacionais: ignoram-se).

Uma obra de teoria da democracia, para se colocar no elenco da teoria geral da política, na Itália, não gostaria de me enganar, não havia nunca existido, obra digna de ser posta ao lado de *Modern democracies* [Democracias modernas] de Bryce, não obstante as grandes e corajosas batalhas democráticas dadas nos anos da crise pós-bélica por Salvemini, Amendola, Gobetti, por Guglielmo Ferrero.

Nos *Elementi di politica* [Elementos de política] de Croce, um autor de que Sartori se ocupou durante muito tempo nos seus mais antigos estudos, antes de se ancorar à ciência política, o problema da democracia não é tocado nem mesmo de leve. Com Croce e com seu coetâneo Mosca, toda a tradição liberal do século XIX via ainda na democracia dos modernos, não o coerente desenvolvimento e, portanto, a continuação, mas a antítese do liberalismo, através da “rebelião das massas” que teria sido seguida pelo sufrágio universal e o desaparecimento das liberdades civis. Liberalismo e democracia eram contrapostos e considerados incompatíveis, porque se inspiravam, respectivamente, em dois ideais diversos e contraditórios: a li-

berdade e a igualdade. Ainda na segunda metade do século XIX, Francesco De Sanctis contrapunha, também do ponto de vista literário, a escola liberal à escola democrática, cujos representantes principais eram os dois grandes antagonistas do *Risorgimento*, Cavour e Mazzini. Também para De Sanctis, o ideal da sociedade democrática era “a igualdade de direito que, nos países mais avançados, é também igualdade de fato”<sup>3</sup>.

A contraposição entre liberalismo e democracia começa a se atenuar na *Storia del liberalismo europeo* [História do liberalismo europeu] de De Ruggiero (1925), em que a ampla exposição histórica desemboca em uma precisa análise conceitual. Em um capítulo dedicado justamente ao confronto entre liberalismo e democracia, o autor admite que o reconhecimento da liberdade política era o prosseguimento natural do reconhecimento das liberdades civis, tanto que afirma: “uma divisão entre liberalismo e democracia não é, portanto, mais possível: o território de ambos é comum”, e que “algumas diferenças que subsistiam originalmente foram suavizadas com o tempo”<sup>4</sup>. Apesar desta superação da antítese, De Ruggiero não escondia a antiga desconfiança em relação à democracia, que derivava da identificação entre democracia e jacobinismo, tanto que afirma que a democracia se tornara aceitável, sim, mas somente com o enxerto do pensamento liberal. Que a democracia fosse finalmente para se aceitar, com todos os seus perigos, não tanto porque fosse a continuação progressiva natural do Estado liberal, mas porque tinha acabado por compactuar com o seu antigo adversário, De Ruggiero deixava exalar claramente com esta afirmação: “A exigência de uma entrada de liberalismo no núcleo da sociedade democrática diferencia a estagnada uniformidade dos seus elementos e os reaviva por dentro”<sup>5</sup>. Para De Ruggiero, a democracia não era, portanto, o histórico e inevitável cumprimento da revolução nascida da afirmação dos direitos civis e não poderia não prosseguir com a afirmação dos direitos políticos, mas o temido advento de uma sociedade de massa, tornado menos ameaçador pela sobrevivência, não obstante tudo, do espírito de liberdade.

<sup>3</sup> F. De Sanctis, *Mazzini e la scuola democratica*. [Mazzini e a escola democrática] Turim: Einaudi, p. 13.

<sup>4</sup> G. De Ruggiero, *Storia del liberalismo europeo* [História do liberalismo europeu]. Bari: Laterza, 1984, p. 393.

<sup>5</sup> Op. cit., p. 401.

Resta assinalar para os futuros estudiosos a maior obra italiana sobre a democracia e a sua história, completamente esquecida, também pelo próprio Sartori, que não a cita nunca, *La démocratie* [A democracia] de Francesco Saverio Nitti, escrita em francês, durante o exílio na França, publicada em 1932, e agora incluída na edição nacional das *Opere* [Obras] do estudioso e homem de Estado, com organização de L. Firpo, em 1976. Trata-se, essencialmente, de uma obra de polêmica política, complicada, mas apaixonada e muito lúcida, em defesa da democracia contra o nacionalismo, por um lado, destinado sempre a se transformar em imperialismo (e no que se refere ao fascismo italiano, a previsão não poderia ser mais clarividente); por outro, mesmo que de forma menos agressiva, contra as ameaças que provinham do marxismo, em particular da doutrina da ditadura do proletariado. Mas era também uma obra de reconstrução histórica e de elaboração doutrinal que, um dia ou outro, deverá ser “revisitada” ela também; mesmo que não seja certo considerá-la uma obra de teoria política, como a que estou examinando.

A nova edição é notavelmente acrescida de cerca de um terço a mais. No título retoma também a edição americana. O autor adverte na Introdução que, por mais que a nova obra “incorpore” a precedente, contém capítulos novos e o que foi incorporado é quase sempre inteiramente reformulado. As novidades formais, digamos assim, referem-se, antes de mais nada, à redefinição das palavras-chave da teoria política que são continuamente usadas, segundo Sartori, por capricho; em segundo lugar, a necessidade de levar em conta um retorno, nos Estados Unidos também, do debate em torno do marxismo; em terceiro lugar, a crise da ciência política empírica, anunciada, predicada, teorizada e provocada pelos movimentos de contestação dos anos de 1960. Após um decênio de negação, observa Sartori, e chegado um decênio de discussões altamente técnicas de filosofia política – e aqui aparecem os fatídicos nomes de Rawls e de Nozick – que parecem ter feito tábua rasa de todo o passado. Teria nascido disso uma bela confusão, da qual é necessário tentar sair, rejuntando, com paciência, os pedaços e os fragmentos esparsos de uma teoria da democracia. Se a democracia é, como foi dito, o governo mediante discussão, cada vez mais se impõe a exigência de discutir a questão da democracia.

A partir das reflexões sobre os resultados do “decênio do tecnicismo” que é seguido pelo decênio da contestação, nasceu um novo capítulo, sobre a teoria do “Decision making [tomada de decisão] e a democracia”, que dá conta de um tema, cuja discussão cada vez mais vivaz aconteceu nos últimos vinte anos, e contém novas matérias para reflexão para qualquer um que pretenda alargar o campo da teoria da democracia. Distinguem-se vários tipos de decisões ali, entre as quais interessam ao cientista político, sobretudo, aquelas que são chamadas “coletivizadas”, e são as decisões que valem para todo o grupo, embora sejam tomadas por uma parte ou mesmo por um só. Segue uma discussão sobre o tema dos custos internos das decisões e dos seus riscos externos; sobre os métodos de formação das decisões e sobre as regras com base nas quais as decisões são tomadas, com particular atenção à regra da maioria; sobre o tipo de resultado (de soma zero, de soma positiva, etc.) destas; sobre o contexto de decisão (contínuo ou descontínuo); sobre a intensidade das preferências, que é desigual de indivíduo para indivíduo em relação ao princípio de maioria que age como nivelador das desigualdades.

Um parágrafo de particular interesse, e sobre o qual me agrada chamar a atenção do leitor italiano, refere-se à natureza e à função do “comitê”, definido como grupo caracterizado como “small, interacting, face-to-face” [pequeno, que interage, cara à cara] (p. 226), que tem uma certa duração, institucionalizado, chamado a tomar decisões continuamente. Uma das razões pela qual uma teoria da democracia deve prestar contas aos “comitês”, cuja relevância foi, até agora, negligenciada, reside no fato que “the committee system is the most pervasive, crucial and misunderstood part of the real ‘stuff’ of politics” [O sistema de comitês é a parte mais difundida, crucial e mal compreendida do “material” real da política] (p. 228). As decisões do comitê, diferentemente daquelas de uma assembleia, são tomadas não pela maioria, mas predominantemente com base no princípio do “do ut des” [dou para que dê], que Sartori chama de “deferred reciprocal compensation” [compensação recíproca diferida], e são, por conseguinte, de soma positiva. Uma das características de uma democracia em relação a uma autocracia é a proliferação dos comitês, do que deriva um aumento de participação, do qual o comitê singular cons-

titui a “unidade ideal”. Mesmo se o autor não dá este exemplo, o que ele escreve sobre a natureza e a função dos comitês se adapta perfeitamente às comissões parlamentares, à diferença entre o modo delas de decidir e o das assembleias, de que uma das mais relevantes, e altamente positiva, segundo Sartori, é a menor visibilidade.

Não obstante estas e outras inovações, a estrutura da obra permaneceu, através de todas as metamorfoses, a mesma. Os dois volumes da presente edição correspondem às duas partes em que a obra era dividida, desde a primeira edição, uma mais teórica e a outra mais histórica. Agora as duas partes são intituladas *The contemporary debate* [O debate contemporâneo] e *The classic issues* [Os problemas clássicos], enquanto que na outra edição tinham como subtítulo *Un'analisi metodologica* [Uma análise metodológica] e *Una verifica storica* [Uma verificação histórica], na edição inglesa de 1962, incisivamente, *The argument* [O argumento] e *The proof* [A prova]. O número de notas e de informações bibliográficas aumentou muito. Para perceber este aumento, deve-se confrontar o índice de nomes e de edições precedentes com o da última.

Naturalmente, a inspiração ética e ideológica também permaneceu a mesma: para Sartori, não existe democracia para além da liberal-democracia. A doutrina liberal confluuiu, após um século de contraposição, no Estado democrático. O Estado democrático, fundado sobre a regra da maioria e sobre a proteção da minoria, é o prosseguimento histórico do Estado liberal. Na primitiva redação italiana se lia: “Na segunda metade do século XIX, o ideal liberal e o democrático confluíram um no outro, e na fusão, se confundiram” (p. 226). Na última redação que estamos examinando: “My perspective is a liberal-democratic one” [Minha perspectiva é uma pessoa liberal-democrática] (p. 450). Contínuo, coerente, sem arrependimentos e repensares, é a postura crítica nos confrontos do “perfeccionismo”, ou seja, das teorias que pintam uma democracia ideal, que nunca existiu e nunca existirá em nenhum lugar e acabam por alimentar o descrédito da democracia real, com todos os seus defeitos, mas também com todos os seus méritos que as outras formas de governo não têm. O único modo para salvar a democracia é o de considerá-la como é, com espírito realista, sem iludir e se iludir. O que não quer dizer aceitar a concepção realista da política, segundo a qual a



política é pura política, isto é, puro exercício do poder. Outro modo é observar realisticamente as coisas da política, e outro ainda é afirmar que existe compatibilidade entre fé democrática e visão realista. Se Mosca e Pareto foram antidemocráticos, isto não dependeu do realismo deles. Sartori não tem dúvidas sobre a compatibilidade entre ser realista e ser democrático: democrático, porque, normativamente, exprime a própria preferência pelo governo fundado no consenso, que contrapõe às formas de governo autocráticas; realista, porque considera que a única democracia possível seja a representativa. Seguindo a doutrina italiana das elites e acolhendo a definição dada por Schumpeter, afirma que a democracia seja não o governo sem elites, mas o governo de elites em concorrência entre elas. Na velha edição italiana se lê que a democracia é “um sistema ético-político no qual a influência da maioria é confiada ao poder de minorias concorrentes que a asseguram” (p. 105). Na última edição, define a democracia como “a selective poliarchy” [uma poliarquia seletiva] (p. 169). Em todas as edições, até a última, a paixão pela análise conceitual através da análise linguística é idêntica. Não por acaso, as primeiras edições italianas tinham aquele estranho título em que a palavra “democracia” não era conjugada com uma palavra pertencente à mesma família, como por exemplo, autocracia, mas com “definições”. Este conúbio deixava entender claramente qual lugar ocupasse na obra a “questão de palavras”. Não é que Sartori acredite que basta redefinir os principais conceitos da linguagem política para fazer uma boa teoria, mas é certo que, para ele, a eliminação das confusões verbais é o pressuposto necessário para colocar ordem em um universo de conceitos tornados ambíguos pelo uso pragmático e casual, não sempre inocente, que se faz deles na luta política.

Visto que acenei, no início, ao gosto de Sartori pelas citações, uma entre todas se destaca e oferece a melhor chave para entender o propósito principal do autor. Na edição atual, é colocado, no primeiro capítulo, um trecho de Tocqueville que diz:

O que lança mais confusão no espírito é o uso que se faz das palavras: democracia, governo democrático. Até quando não se conseguirá defini-las claramente e entrar em acordo sobre esta definição, viver-se-á em uma confusão de ideias inextricáveis, com grande vantagem dos demagogos e dos déspotas.

O primeiro parágrafo é intitulado: *The age of confused democracy* [A idade da democracia confusa] e começa com estas palavras: “Entre as condições da democracia, uma delas é que as ideias erradas sobre a democracia fazem-na tomar uma direção ruim”. Logo depois, acrescenta: “Esta é uma razão suficiente para escrever este livro”. Parece mesmo, julgando pelas primeiras páginas, que a confusão tenha aumentado, até mesmo porque, a discussão, eventualmente, por escasso conhecimento dos precedentes ou pelo prazer de parecer inovadores, recomeça do início, como se os bárbaros tivessem chegado para queimar a biblioteca de Alexandria. Para dizer a verdade, as bibliotecas, em geral, não queimam mais. Mas cresceram tanto que se assemelham cada vez mais à Biblioteca de Babel. No que se refere à confusão e à dificuldade de ler os livros, o resultado é o mesmo.

Por sorte, Sartori não perdeu o hábito de voltar atrás no tempo e de reler os clássicos. Em relação à falta de sentido da profundidade histórica, que foi repreendida muitas vezes pela ciência política empírica, não é por menos a filosofia política que se desenvolveu em torno de obras como aquelas de Rawls e de Nozick. A leitura dos clássicos torna imune ao defeito que Sartori chama “novitism” [novidadismo] e que, somado ao “beyondism” [para-além-de-ismo], considera uma das duas formas características de “ubris” [orgulho] dos intelectuais, definindo como a arrogância necessária de ser originais a todo custo.

Subscrevo, pessoalmente, este juízo a duas mãos. Aliás, mais papista que o papa, mais sartoriano que Sartori, no que se refere à relação entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos, sou mais “continuísta” que ele. Uma das teses historiográficas sempre reafirmada por Sartori é que é necessário tirar da mente que as duas democracias se assemelhem. Essas, afirma, têm entre elas apenas “a very slight resemblance” [uma semelhança muito ligeira]. Podemos reler o célebre epitáfio de Péricles proferido por Tucídides: reencontramos aqui todos os traços principais daquela forma de governo que hoje chamamos democracia, mesmo democracia liberal; o reconhecimento da liberdade individual, que é, a despeito de Constant, a liberdade dos modernos, o elogio da participação e a condenação do que hoje chamamos “apatia política”, a supremacia da lei, ou seja, a afirmação do Estado de direito.

Na base desta ideia de democracia está uma concepção individualista de sociedade que implica repúdio de toda visão organicista ou holística. Vejam-se as considerações iniciais sobre “povo” e “people” [povo], sobre a inadequação da noção orgânica de povo, que encontra a sua expressão culminante em *Volk* [povo], dos românticos, com o objetivo de representar a democracia moderna, que é feita de indivíduos. Na sociedade de massa que está na base da democracia moderna, o povo se tornou cada vez mais uma *Gesellschaft* [sociedade], e cada vez menos uma *Gemeinschaft* [comunidade]. O singular indivíduo, em uma democracia representativa, deve ser considerado, porém, mais como um eleitor que como um decisor. Daqui nasce um outro ponto final da teoria democrática de Sartori: aqueles que comandam são sempre parte da elite. A democracia direta é difícil e, mesmo quando é possível, não é completamente desejável porque o procedimento referendário não consente, ao menos até agora, a discussão, e o resultado é sempre de soma zero.

De um ponto de vista descritivo, a definição de democracia que Sartori dá como sua é a chamada procedimental:

Democracy is a procedure and/or mechanism (a) that generates an open polyarchy whose competition on electoral market (b) attributes power to the people (c) specifically enforces the responsiveness of the leaders to the led. (p. 156)

[A democracia é um processo e/ou mecanismo (a) que gera uma poliarquia aberta cuja concorrência no mercado eleitoral (b) atribui poder ao povo (c) especificamente impondo a capacidade de resposta dos líderes ao liderado.]

Mas podemos nos contentar com uma definição descritiva? Segundo Sartori, não basta falar de elite de modo prescritivo, porque esta palavra foi cada vez mais usada com um significado neutro (começando por Pareto e terminando com Lasswell). É necessário distinguir elite de elite. O problema não é, portanto, apenas de eleição, mas também de seleção, entendendo por seleção a eleição do melhor. Disso descende uma definição axiológica de democracia que ressoa: “A democracia deveria ser um sistema seletivo de minorias eleitas em competição entre si” (p. 167). Em síntese,

se descritivamente a democracia pode ser definida como uma poliarquia eletiva, axiologicamente será definida como uma poliarquia seletiva.

Pode-se objetar que esta definição contrasta com um dos valores nos quais sempre se inspirou a democracia, a igualdade. A resposta de Sartori a esta objeção consiste na distinção entre igualdade descendente, que é própria daquela que ele chama a democracia horizontal (que rejeita) e igualdade ascendente, que caracteriza a democracia vertical. Enquanto as teorias antielitistas encorajam a igualdade descendente, existe uma igualdade que qualifica a igualdade ascendente: é a igualdade segundo o mérito, que é aristotelicamente uma igualdade proporcional. Esta ulterior especificação serve para precisar melhor a definição axiológica: “A democracia é uma poliarquia fundada no mérito”.

Permanece em aberto a pergunta: quais são as características de uma democracia meritocrática e como se chega a ela? Parece que Sartori lamenta que a democracia atual esteja bem longe de corresponder à definição ideal. Mas qual seja o segredo para corrigi-la, não está claro nem mesmo nas conclusões finais. A verdade é que este segredo nenhum dos muitos médicos inclinados na cabeceira da grande enferma o possui. A democracia se afasta cada vez mais do seu modelo ideal, posto que o seu modelo seja, como o propõe Sartori, a meritocracia. O último argumento dos bons democratas parece ter se tornado aquele do mal menor.

Quando a longa viagem no tempo e no espaço em busca da ilha do tesouro está completa e o mapa da ilha está perfeitamente delineado, percebe-se que o tesouro não existe ou é muito menos brilhante do que parecia quando se via de longe e a névoa que impedia de vê-lo, mesmo quando se estava já próximo, não tinha ainda se dissolvido. O que aconteceu? Aconteceu que não basta dissolver a névoa, ou seja, sem metáfora, liberar o discurso sobre a democracia de todas as confusões verbais e mentais que o ofuscaram, cumprir a obra de limpeza conceitual a que Sartori se dedicou com obstinada coerência e com sucesso por tantos anos, com o objetivo de redefinir a democracia, aliás, a liberal-democracia, uma vez afirmado que não existe outra democracia senão a democracia liberal. Não basta, caso se queira chegar à conclusão que a liberal-democracia é uma forma de

governo melhor que todas as outras. É necessário então tomar posição, que é uma coisa bem diferente que definir.

Sartori é tão convicto desta definição que em todas as versões do livro voltou ao tema em um dos capítulos mais difíceis, intitulado *Dimostrare la democrazia* [Demonstrar a democracia], nas edições italianas, depois *The search of proof* [A pesquisa de prova] na primeira edição inglesa, e por fim, *What is democracy? Definition, proof and preference* [O que é democracia? Definição, prova e preferência], nesta última e mais completa redação, em que o capítulo que nas edições precedentes era o último da primeira parte se transformou no primeiro da segunda. Desde o início Sartori está convencido que a democracia pode ser definida, mas a sua “verdade” não pode ser demonstrada. “To define is not the same as to give reasons for” [Definir não é o mesmo que dar razões] (p. 267). Pode-se somente comparar a democracia com as outras formas de governo, autocráticas, totalitárias, despóticas, e apresentar boas razões para defender as nossas preferências.

Mas as nossas preferências não devem ser continuamente confrontadas, não só com o que não preferimos, mas também com o que preferimos, para provar que a realidade corresponde aos nossos desejos? Enquanto na primeira edição, que data de trinta anos atrás, como dito antes, esta correspondência parecia maior, agora no último capítulo, intitulado *The poverty of ideology* [A pobreza de ideologia], completamente novo, seja em relação ao capítulo final das edições italianas, intitulado simplesmente de *Conclusione* [Conclusão], seja em relação ao da primeira edição inglesa, intitulado *Conclusions* [Conclusões], o juízo sobre a democracia real parece menos otimista. O acento recai sobre a perda dos ideais, que animaram os pais fundadores da democracia, e, portanto, o problema de fundo volta a ser o problema moral. Mas o problema moral não se resolve só com definições.

Sartori está tão convencido que a sua fé na democracia (parece-me que a palavra “fé” seja a única justa neste contexto) não diminui mesmo diante dos perigos, não só externos mas também internos, que ameaçam as sociedades democráticas; tanto que se induz a pronunciar, no final, a célebre frase do herói de Corneille: “Faça o seu dever e deixe o resto

com Deus”. Mas qual é o maior perigo que ameaça hoje a democracia? Não saberia responder melhor que citando a passagem em que, após ter afirmado que a democracia tem fundamentos morais, Sartori observa que o sentido do dever e do desinteresse foram corroídos por uma visão puramente economicista da política. Para concluir, ao final: “I do subscribe to the view that the presente-day crisis of democracy is very much a crisis of ethical foundantions” [Eu subscrevo a opinião de que a crise atual da democracia é muito mais uma crise de fundamentos éticos] (p. 242).

Sartori não estará de acordo, e eu mesmo não estou tão certo assim daquilo que estou por afirmar, mas a razão da crise moral da democracia poderia ser buscada no fato de que, até agora, a democracia política conviveu, ou foi obrigada a conviver, com o sistema econômico capitalista. Um sistema que não conhece outra lei além daquela do mercado, que é por si mesma completamente amoral, fundada como é sobre a lei da oferta e da procura, e sobre a conseqüente redução de tudo a mercadoria, com a condição que esta coisa, seja a dignidade mesma, a consciência, o próprio corpo, um órgão do próprio corpo, e porque não?, já que estamos falando de um sistema político como a democracia que se rege sobre o consenso expresso pelo voto, o voto mesmo, caso se encontre quem esteja disposto a vendê-lo e quem esteja disposto a comprá-lo. Um sistema no qual não é possível poder distinguir entre o que é indispensável e o que não é. Partindo da soberania do mercado, como se pode impedir a prostituição e o comércio da droga? Com qual argumento se pode impedir a venda dos próprios órgãos? E, de resto, os sustentadores do mercado não andam afirmando que o único modo para resolver o problema da penúria dos rins para transplante é o de colocá-los à venda?

Neste ponto, que mal há na venda dos votos? E como é possível contrastar a consequência inevitável que quem é mais rico pode comprar mais do que quem não o é? Na compra-venda dos votos, não se trata, no final das contas, senão de uma troca entre o cidadão, que com seu voto, consente ao homem político de se estabelecer em um posto do qual pode extrair benefícios econômicos, e o senhor representante do povo que compensa o sustento recebido com uma parte dos recursos dos quais pode dispor graças àquele voto. Em um paralelo com a compra do

órgão sexual da mulher ou da droga, ou ainda do olho de um menino pobre, como se viu nos jornais, o que é a compra de um voto? Em uma entrevista, Heinrich Böll disse: “Se não existe uma força capaz de se opor ao materialismo de mercado, não importa de que tipo, religioso, político, ideológico, então, nos nossos mercados venderemos nós mesmos, ou até mesmo os nossos netinhos”.

É necessário reconhecer mesmo, lealmente, que até agora não se viu, na cena da história, outra democracia que não seja aquela conjugada com a sociedade de mercado. Mas começamos a nos dar conta que o abraço do sistema político democrático com o sistema econômico capitalista é, tudo somado, vital e mortal, ou melhor: é também mortal, mais que vital. Não passará muito tempo e será necessário, talvez, “revisitar” os revisitadores.